



ARTIGO

OS AFRICANOS PRESENTES NA LISTA NOMINAL DA POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM EM 1833

Laryssa da Silva Machado

Licenciada em História (2007), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2009), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2016). Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da UFES. Docente da Rede Municipal de Ensino de Marataízes-ES

Resumo

O presente artigo pretende analisar a Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833, documento que apresenta os 2.937 habitantes que se dividiam em 303 fogos. Dentre esse número, 1.596 almas eram cativas, a maioria de africanos. As lavouras de cana-de-açúcar instaladas em Itapemirim, a partir do século XVIII, fez com que grande quantidade de escravos chegasse à região. Nos fins dos Setecentos e início dos Oitocentos, fazendeiros mineiros, fluminenses e paulistas migraram para o vale do rio Itapemirim e consigo trouxeram seus cativos, adquirindo outros conforme o cultivo da cana e produção de açúcar fossem bem sucedidos. Por conta disso, Itapemirim se tornou importante região de desembarque de africanos, o que pode ser demonstrado pelos números populacionais. Assim, a Lista Nominal de 1833 revela o número elevado de escravos que havia na região, muitos deles africanos, e descreve seus nomes, cor, idade, estado civil, profissão e nacionalidade. Dos senhores, também descreve as posses, e acaba por revelar detalhes e aspectos do cotidiano dessa sociedade.

Palavras-chaves: Escravidão em Itapemirim, Africanos em Itapemirim, História de Itapemirim, História do Espírito Santo, Escravidão no Espírito Santo.

Introdução

As últimas décadas trouxeram para a historiografia brasileira novos trabalhos destacando fontes que antes não eram utilizadas e personagens que por muito tempo foram estigmatizados. O uso de fontes cartoriais, judiciais, cartas, diários, inventários post-mortem, lista de escravos, documentos eclesiais de batismo, casamento e óbitos proporcionou novas perspectivas e análises da dinâmica da sociedade brasileira nos períodos colonial e imperial. Os trabalhos sobre escravidão ganharam destaque porque se conferiu o lugar de agente da história e não de simples mercadoria inanimada. Com essas novas fontes a vida cotidiana dos homens e

Abstract

The present article intends to analyze the Nominal List of the Population of Itapemirim in 1833, document that presents the 2,937 inhabitants that divided in 303 fires. Of that number, 1,596 souls were captive, most of them Africans. The sugar cane plantations established in Itapemirim from the 18th century onwards led to large numbers of slaves arriving in the region. At the end of the seventies and beginning of the nineteenth century, Minas Gerais, Rio de Janeiro, and São Paulo farmers migrated to the Itapemirim Valley and brought their captives, acquiring others as sugarcane cultivation and sugar production were successful. Because of this, Itapemirim became an important landing region for Africans, which can be demonstrated by population numbers. Thus, the Nominal List of 1833 reveals the high number of slaves in the region, many of them African, and describes their names, color, age, marital status, profession and nationality. Of the masters, it also describes the possessions, and reveals details and aspects of the daily life of this society.

Keywords: Slavery in Itapemirim, Africans in Itapemirim, History of Itapemirim, History of the Holy Spirit, Slavery in Espírito Santo.

mulheres escravizados e suas relações sociais foram redescobertas e pensadas sob novo olhar:

A partir dos debates historiográficos abertos pelas novas pesquisas sobre a história social da escravidão no período colonial, destaco, portando, uma renovada preocupação com a historicidade dos processos, que empresta novos significados à história política em sentido estrito. Sem voltar ao velho historicismo de problema único: o surgimento da nação entendido como construção essencializada, cada vez mais a dinâmica histórica dos processos estudados e a explicitação da questão

formulada pelo historiador torna-se elementos-chaves a possibilitar um denominador comum às discussões historiográficas (MATTOS, 2014, p. 85).

Segundo Florentino e Góes (1997, p.1), novas fontes passaram a ser utilizadas a partir da década de 1970 pelos historiadores brasileiros em que se pode observar que os cativos eram capazes de “criar e viver sob normas intrínsecas ao humano [...] e a escravidão e o parentesco não são experiências excludentes; o cativo não abortou a família escrava”. Florentino e Fragoso¹ (2001), em suas pesquisas romperam com o paradigma metrópole-colônia a respeito do tráfico de escravos, demonstrando que o controle desse comércio pertencia em grande parte aos comerciantes brasileiros.

Um dos trabalhos inovadores produzidos na década de 1980 foi o de Mattoso, intitulado *Ser Escravo no Brasil*², que analisou a adaptação às relações entre escravos e senhores e concluiu a predominância do paternalismo como principal determinante nessas sociabilidades.

As relações de produção não bastam, pois, para definir a escravidão; elas limitam, abusivamente tudo aquilo que permite situar essa massa de indivíduos não obrigatoriamente participantes de um modo definido de produção, mas que, ao contrário, são adstritos a tarefas e funções das quais depende a própria existência da classe dominante, numa verdadeira inversão do relacionamento habitual entre explorados e exploradores. Disso resulta que a relação entre o escravo e a sociedade, tomada em seu conjunto, se define sempre pela referência, implícita ou explícita, a seu dono e senhor. É o senhor quem estabelece normas e regras dessa relação. (MATTOSO, 1990, p. 101)

¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

² MATTOSO, K. M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

A autora também descreve as relações de solidariedade, em que as famílias escravas ultrapassavam os modelos descritos até aquela época. Considerado membro de uma família patriarcal, a família escrava obtinha alguma vantagem dessas relações. Mattoso descreve que muitos casais se uniam sem a benção da igreja e constituíam laços permanentes de família. A autora confere destaque também aos laços familiares rituais estabelecidos entre escravos, libertos e livres por meio dos sacramentos da igreja católica como casamentos, mais raramente, e batizados, com muito mais frequência. Mattoso consegue, portanto, inserir o escravo na sociedade brasileira não mais como um ser sem ação e voz. “Negro ou mestiço, africano ou crioulo, é um homem novo que o Brasil fez nascer. Nós o vimos viver e sobreviver na sua família, em sua comunidade, em seu trabalho. Nós o vimos sonhar seu sonho de libertação” (MATTOSO, 1990, p. 172).

Outro trabalho que merece destaque sobre o tema, *Em Costas Negras*³, de Florentino, descreve como os próprios africanos contribuíram para o fornecimento de mão de obra cativa para a América através da guerra, onde tanto o traficante europeu ou americano, quanto os grupos africanos, se beneficiavam com a captura e venda de humanos. O autor caracteriza o comércio de almas africano como um circuito fechado em si mesmo, uma vez que em troca dos escravos os traficantes europeus e americanos davam aos africanos instrumentos de guerras, que eram utilizados na captura de novos escravos (FLORENTINO, 1997, p. 87).

Durante o século XIX, os escravizados eram utilizados em larga escala na economia, desde o grande latifúndio até as pequenas propriedades produtoras de alimento. “A escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que, ao fi-

³ FLORENTINO, M. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

nal, acabou por destruí-lo” (CARVALHO, 2008, p. 293). Para abastecer as lavouras cafeeiras, principal fonte econômica dos Oitocentos, muitos cativos chegaram ao litoral brasileiro, mesmo após a lei que proibia o comércio em 1831. Florentino descreveu o fluxo do comércio escravista do seguinte modo:

Depois de receber de cem a 1.200 escravos por ano entre 1831 e 1834, o Brasil conheceu desembarques anuais de mais de 40 mil africanos em 1838 e 1839, cifra que oscilou de 14 mil a 23 mil anuais durante a primeira metade da década de 1840. Chegou-se a uma média anual de quase 50 mil africanos desembarcados entre 1846 e 1850. Pautados nestes números, poder-se-ia considerar o fim do tráfico em 1830 como mero engodo. Tratar-se-ia, enfim, de uma “lei para inglês ver”. Em outras palavras, pode-se pensar que o tratado de 1827, o prazo por ele estipulado e o próprio fim do tráfico em inícios de 1830 teriam sido meros subterfúgios da classe escravista brasileira para enganar o governo britânico (FLORENTINO, 1997, p. 43-44).

Os trabalhos citados são referências quando se fala em escravidão. Trabalhos que analisam o tráfico, o cotidiano e laços de solidariedade dos cativos são importantes por trazerem a tona partes importantes do dia a dia dos escravizados que por muitos anos foram esquecidas. Este artigo pretende analisar os escravos de Itapemirim no ano de 1833, de acordo com a Lista Nominal feita pelo Juiz de Paz em 1834. Apesar das análises serem feitas do ponto de vista dos senhores, pois eram eles que tinham lugar de fala no período, esse documento traz informações importantes do cotidiano dos escravizados, como a origem, profissão, estado civil, dentre outras.

Os cativos do Espírito Santo

A partir de 1800, ainda com dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade. Nessa época, deu-se

um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio (SANTOS, 2002, p.153). No entanto, as autoridades provinciais repercutiam em seus registros os duros anos de penúria da antiga capitania. Ignacio Accioli de Vasconcellos, primeiro presidente provincial, escreveu em sua Memória Estatística da Província do Espírito Santo, de 1828 (VASCONCELLOS, apud CARVALHO, 2008, p.56) as condições miseráveis do território capixaba que, apesar das inúmeras possibilidades de exploração, mantinha-se grande parte de suas terras férteis desocupadas. Anos antes, em 1811, Francisco Manoel da Cunha, escrivão da Capitania, reclamava ao Conselheiro de Estado, Antônio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca, o fim da alfândega, o que levou ao fim da navegação direta entre o Espírito Santo e a Europa e a África (CUNHA, apud CARVALHO, 2008, p. 52).

Até meados do século XIX, a economia do Espírito Santo baseava-se na produção de alimentos exportados em parte para outras províncias (CARVALHO, 2008, p. 59-60). Em terras capixabas produziam-se farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas e redes. O plantio do café, no início do século, ainda era pequeno e não se destacava nem mesmo na economia espírito-santense. Porém, essa produção floresceu na segunda metade do século e proporcionou crescimento e dinamismo à província.

José Teixeira de Oliveira (2008, p. 354) classifica a transição da primeira para a segunda metade do século XIX como o “início de uma nova era”. De acordo com o autor, “foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX”. Após a independência do Brasil, houve melhorias estruturais, porém, foram às lavouras de café as responsáveis pela transformação desse quadro de dificuldades.

TABELA 1: DADOS ESTATÍSTICOS DO ESPÍRITO SANTO 1790-1843

Ano	Livres		Cativos		Fogos	Total
	Nº	%	Nº	%		
1790	10.749	47,7	6.834	30,3	-----	22.493
1813	-----	-----	-----	-----	-----	18.807
1814	-----	-----	-----	-----	-----	23.338
1818	-----	-----	-----	-----	3.729	24.585
1824	22.165	62,7	13.188	37,3	5.274	35.353
1827	22.931	63,9	12.948	36,1	5.683	35.879
1833	-----	-----	-----	-----	-----	27.916
1839	16.817	64,5	9.233	35,5	-----	26.080
1843	21.122	64,5	10.376	35,5	7.677	32.720

Introduzido em meados de 1815 (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 15-18), o café tornou-se cultura dominante por volta de 1840, e substituiu gradualmente o cultivo de açúcar. Entre 1856 e 1872, houve grande expansão da cafeicultura concentrada na região sul, especificamente nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. Outras regiões capixabas, como a de São Mateus e a de Vitória, investiram no cultivo do café sem o mesmo sucesso. São Mateus, inclusive, retornou ao cultivo da mandioca.

Como se pode perceber, na primeira metade do século XIX, a economia capixaba era reduzida à produção de alimentos, formada por pequenas propriedades. O açúcar era o produto de maior destaque, mas sem expressividade. Ainda assim, a mão de obra utilizada na economia capixaba era a cativa. A escravidão era comum a todas as regiões da província. Importante destacar que a população capixaba como um todo, durante o século XIX, era bastante reduzida, equivalente a pouco menos de um por cento dos habitantes do Brasil (CAMPOS, 2011, p.84-96).

A tabela 1 apresenta os dados populacionais da Província do Espírito Santo na primeira metade do século XIX.

A população cativa capixaba, na primeira metade do século XIX, representava praticamente 1/3 dos habitantes da província. Em 1824 os cativos correspondiam a 37% da população total, ano com

Fonte: 1790, 1824, Capitão-Mor Ignacio João Mongiardino (apud OLIVEIRA, José T. de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Nota IV, p. 239); VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. Memoria Estatística da Província do Espirito Santo escrita no anno de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. 1813, 1814, 1818 - VASCONCELLOS, J. M. P. Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo, 1858; 1824 e 1827 - VASCONCELLOS, I. A. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828, 1827, 1833 e 1839 - Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18. 1839 - Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015_000_78, página 48). apud LAGO, 2013. 1843 - Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espirito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abril a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16.

quantidade mais expressiva. No mapa de 1839, realizado pelo presidente provincial Silva Coito, consta os seguintes dados: 1827 – 35.353 habitantes; 1833 – 27.196 habitantes; 1839 – 26.080 habitantes. No fim do mapa consta que “Houve, portanto hum decrescimento desde 1827 a 1833 de 7.437 habitantes; de 1833 a 1839 e de 1836; finalmente comparada a população de 1827 com a de 1839, aparece huma (sic.) diminuição de 9.273 habitantes⁴.” O Presidente Silva Coito relata que não se pode acreditar cegamente nesses mapas.

Não posso dar inteiro crédito á maior parte dos mappas parciaes enviados pelos Juizes de Paz; não hesito em afirmar que não houve esse decrescimento de população, que aparece; por quanto não deparo com razão alguma, que o justifique, antes inclino-me a acreditar que tem havido argumento principalmente desde 1835. Penso que ninguém se convencerá que huma Província salubre, onde não tem reinado peste, ou febres mortíferas, nem donde conste que tenha havido emigração por motivo algum, apresente no espaço de dose anos huma diminuição de 9.273 habitantes! (COITO, apud LAGO, 2013, p.7).

4 Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, apud LAGO, 2013, p. 18.

TABELA 2: NATURALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA DO ESPÍRITO SANTO EM 1839

Cidades / Vilas	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	724	7,8	2.061	22,3	485	5,3	3270	35,4
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1.026	11,1	1635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Mateus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Mateus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1390	15,1
Total	1.518	16,5	4.881	52,8	2.834	30,7	9.233	100

Fonte: Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015_000_78, página 48). apud LAGO, 2013, p. 39.

Ainda em 1839, Silva Coito e Barbosa de Oliveira enviaram ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça, Pereira de Vasconcelos, um mapa mais completo e organizado, ainda que não se possa considerar o valor absoluto da população. Neste mapa, contém a população cativa nas cidades e vilas provinciais, onde é especificado o número de pardos cativos, além dos escravos brasileiros e africanos. A província apresentava então 1.518 pardos cativos (16,5%), 4.881 escravos naturais do Brasil (52,8%) e 2.834 escravos naturais da África (30,7%), num total de 9.233 cativos. Se subtraído esse contingente do total de habitantes, tem-se o total de 16.847 habitantes livres. Assim, em 1839, a população livre capixaba correspondia a 64,6% enquanto os cativos representavam 35,4%. A tabela a seguir apresenta os cativos presentes nas cidades e vilas do Espírito Santo.

Esse mapa populacional é o ponto de partida para uma série de análises sobre a população cativa capixaba. Naquele ano, a cidade de Vitória, capital da província, possuía o maior número de cativos, 3.270 (35,4%) seguida por Itapemirim, que tinha exatamente metade da população cativa da capital, 1.635 (17,7%). Porém, a quantidade de escravizados africa-

nos em cada uma das cidades e vilas capixabas representava 30,7% do total de cativos do Espírito Santo.

Dentre os 2.834 cativos oriundos da África, 1.026 (11,1%) estavam em Itapemirim, localidade do litoral sul capixaba. A vila apresentava a maior quantidade de escravos africanos da província naquele período. Se for considerado apenas o número de africanos escravizados, Itapemirim concentrava 36,2% desta população. Mas, se forem analisados apenas os dados referentes aos escravos nativos no Brasil e os pardos cativos, Vitória apresentava quantidade elevadíssima: eram 2.785 cativos naturais do Brasil e pardos enquanto em Itapemirim havia apenas 609 escravos crioulos.

Os dados demonstram as diferenças marcantes entre as regiões central e sul da província. Tanto na economia quanto na composição da mão de obra cativa as duas regiões distinguiam-se. Rafaela Lago (2013, p. 34) ressalta as diferenças existentes entre as escravarias de ambas regiões, pois em cada uma delas predominava o elemento africano ou o crioulo. Embora desiguais nesse aspecto, as regiões possuíam em comum a existência de famílias cativas com inúmeras crianças, proporcionando crescimento natural das escravarias.

Pesquisas de Campos, Merlo, Ribeiro e Lago⁵ trouxeram novo olhar sobre as escravarias do Espírito Santo, pois encontrou-se o curioso fenômeno de reprodução endógena entre os cativos na região central da Província. Utilizando fontes como inventários post-mortem, registros eclesiásticos de batismos, casamentos e óbitos, e relatórios de autoridades provinciais, descobriu-se uma série de dados, até então, desconhecidos. A reprodução endógena nas escravarias de Vitória, a presença de africanos nas escravarias do sul, especificamente em Cachoeiro, as relações de bastardia na sociedade capixaba, a dinâmica econômica no Espírito Santo nos períodos colonial e provincial são exemplos de resultados desses novos estudos.

É importante ressaltar que, os estudos citados se restringem à região central – Vitória e a região sul – Cachoeiro de Itapemirim. Campos (2011) e Merlo (2008), em trabalhos desenvolvidos sobre escravarias de Vitória, afirmam que a crioulação e a reprodução endógena no Oitocentos capixaba eram características marcantes na sociedade de Vitória, cuja economia se voltava para o abastecimento do mercado interno, com exportação de alimentos para a Corte e Bahia. As escravarias de Vitória contavam com a reprodução natural dos escravos, que proporcionava alta concentração de crioulos, elevada taxa de crianças e frequentes laços familiares. Assim, a reposição

5 MERLO, P. M. S. O Nó e o Ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.; RIBEIRO, G. L. Enlaces e Desenlaces: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.; LAGO, R. D. Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888). Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.; CAMPOS, A. P. Escravidão, reprodução endógena e crioulação: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.; CAMPOS, A. P. e MERLO, P. M. S. Sob as benções da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *TOPOI*, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.; CAMPOS, A. P. Escravidão e Creolização: a Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

das escravarias era pouco influenciada pelo tráfico internacional, o que dava à reprodução endógena lugar indispensável à manutenção da escravidão.

Partindo desses estudos, Ribeiro (2012) e Lago (2013) compararam as escravarias de Vitória com as de Cachoeiro. Inventários post-mortem entre 1790-1871 e registros de batismos de escravos entre 1831-1888 em ambas as regiões demonstram cabalmente a reprodução endógena de suas escravarias. Há, porém, característica particular de maior presença de escravos africanos nas escravarias do sul da província. Deve-se considerar, porém, qual tráfico influenciou a chegada desses africanos, sobretudo, porque a colonização mais importante da região ocorreu na segunda metade dos Oitocentos.

Os estudos sobre a população cativa de Itapemirim demonstram que essa região compreendia aspectos peculiares diante do restante da província. Como demonstrado, Vitória adquiria seus cativos através da reprodução endógena, enquanto em Itapemirim, a quantidade de africanos vindos do comércio de almas era muito grande. Nenhuma outra vila apresentada na Tabela 2 demonstra quantitativo de africanos como Itapemirim. Conforme estudos desenvolvidos por Pereira⁶, o litoral de Itapemirim era ponto de desembarque de cativos, persistindo após 1850. Ele caracteriza o norte do Rio de Janeiro, o sul do Espírito Santo e a Zona da Mata mineira como a “Tríplice Fronteira” do tráfico de escravos após a lei Eusébio de Queirós. Mas, antes disso, muitos escravizados chegaram ao Brasil pelas praias itapemirinhas, onde serviam de mão de obra para as lavouras de cana-de-açúcar, conforme será demonstrado a seguir.

6 PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf, p. 5-6. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

A formação do Vale do Itapemirim

As terras do vale do rio Itapemirim estavam entre as primeiras sesmarias doadas por Vasco Fernandes Coutinho a Pedro da Silveira em 1539, segundo relatos do historiador do século XIX Daemon (2010, p.114), “Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”. Marins (1920, p.199-231) destaca que os primeiros povoados na região datam de século XVI, no período em que estava no trono o português D. Pedro II. O Rio Itapemirim, que banha a região, aparece em alguns mapas portugueses do século XVII com o nome de Tapemirim⁷.

Aparentemente, a povoação não foi bem-sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em 1674, o herdeiro da capitania capixaba, Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo a capitania, que iniciou a busca por ouro, colonizando, assim, a região da atual Vila Velha à localidade de Benevente (atual Anchieta). De acordo com Moreno (2016, p.19),

Seus sucessores mantiveram essa iniciativa e o desbravamento continuou em direção ao sul, até chegarem às margens Rio Itapemirim em princípios do século XVIII – 1701 ou 1710, onde se fixaram. Foram eles Domingos de Freitas Bueno Caxangá [...] e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. Sendo plana a maior parte do

terreno e ainda por cima coberto por mata, o que dificultava a defesa contra eventuais ataques dos índios, a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha.

A região compreendia de um lado ao outro da foz do rio, onde existia uma vasta aldeia que passaram a fazer parte de uma fazenda de açúcar, pertencente à família Caxangá. O início da povoação de Itapemirim ocorreu no período em que a Capitania do Espírito Santo havia sido vendida ao baiano Gil de Araújo (MARINS, 1920, p. 199-200). A colonização efetiva dessa região, porém, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo⁸, após ataque indígena ao local, que obrigou os trabalhadores a abandonarem a região. Enquanto os homens lutavam contra os índios, as mulheres e crianças foram retiradas com relativa segurança. Os “atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício. Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim” (OLIVEIRA, 2008, p.222).

Segundo Bittencourt (2006, p. 78), no início do século XVIII, as terras que antes pertenciam a Inácio Pedro Cacunda, bandeirante e descobridor das Minas de Castelo, foram compradas pelo Capitão Tavares Brum, futuro sogro de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o barão de Itapemirim. Este se casou com a filha do Capitão Brum em segundas núpcias, herdou as terras e, conseqüentemente, tornou-se um dos grandes proprietários de terra da região. O Capitão Brum, além de adquirir as terras por escritura pública, as obteve do governo português por sesmarias (MARINS, 1920, p. 210-211). “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio” (BITTENCOURT, 2006, p. 78). Ainda sobre os fundadores da região, Marins afirma que

8 Região no interior do Espírito Santo onde se encontrou ouro.

O Itapemirim era uma grande fazenda que pertenceu primeiro ao Sargento Mor Ignácio Pedro Cacunda, que a vendeu ao Capitão Balthazar Caetano Carneiro e este ao Capitão José Tavares de Brum (sogro do Sargento Mor Joaquim Marcelino da Silva Lima mais tarde Barão de Itapemirim). A sede da Fazenda, que era de assucar, ficava no morro contíguo à atual villa, no lugar conhecido por “Fazendinha”. Ahi existio a Capella que foi a primeira da povoação (MARINS, 1920, p.209).

A partir de então, a região se desenvolveu através das lavouras de açúcar, inicialmente, e depois do café. Em 1808, de acordo com os relatos da passagem do Desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, nas margens do rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Já em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados, além de tavernas (VASCONCELLOS, 1978, p.36).

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de mineiros e paulistas que imigraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2008, p. 308). “Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas” (OLIVEIRA, 2008, p.355). Mas, muitas famílias vieram para a região em busca de terras férteis e trouxeram seus escravos e maquinários. Dentre estes pode-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa (MORENO, 2016, p.32).

Essa imigração mineira, fluminense e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado no Brasil no século XIX. Além disso, houve nítido crescimento populacional na região, onde se criaram as condições favoráveis para a emancipação administrativa. Através do Alvará nº. 55, de 27 de

junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho. “Tomaram posse os Juizes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente Luiz José Moreira [...]. Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa” (MORENO, 2016, p. 33).

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na capitania do Espírito Santo, recebeu desde o princípio da exploração de suas terras lavouras de cana-de-açúcar. A Fazendinha, primeira fazenda da região, era cercada por canais ampliados após a efetiva colonização no final do século XVIII (MORENO, 2016, p.20-22). Na primeira metade dos Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serralherias que exportavam madeira.

O porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e por conta disso exportava mercadoria direto para a Corte. Em relatório realizado em 1849, o Dr. Antônio Pereira Pinto⁹ exaltou os lavradores de Itapemirim que comercializavam direto com o Rio de Janeiro. Segundo ele, o comércio favorecia as lavouras, pois evitava que os produtos ficassem encalhados. “No município de Itapemirim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n’essa parte da provincia se encontram já magnificas fazendas (sic.)” (PINTO, 1849, p.10). Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar.

9 APEES. Vitória. Relatório com que o Exm. Sr. D. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma, 1849, p. 10. Disponível em <http://www.apees.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

7 MARQUES, 2003. 165. O Rio Itapemirim aparece nos seguintes mapas: Mappa da Terra de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam o Brasil, que acompanha a Rasão do Estado do Brasil escripto em 1612, indica este rio sob o nome de Tapemery; o Mappa de todo o Estado do Brasil, organizado em Lisboa no ano de 1627 por João Teixeira, Moço da Camara de Sua Magestade e seu Cosmographo indica o mesmo rio com o nome de Itape- mery; O Mappa do Brasil, que acompanha a Istoria delle guerre del regno del Brazile por Giovani Giuseppe di Santa Teresa, publicada em 1698, dá-lhe o nome de Tapemirini.

TABELA 3: POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM E DO ESPÍRITO SANTO AO LONGO DO SÉCULO XIX

ANO	ESPÍRITO SANTO					ITAPEMIRIM						
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FOGOS	HABITANTES POR FOGO	LIVRES	(%)	ESCRAVOS	(%)	TOTAL	FOGOS	HABITANTES POR FOGO
1817	---	---	24.585	3.729	6,5	---	---	---	---	2.025	147	13,7
1818	---	---	25.960	3.729	6,9	---	---	---	---	2.025	---	---
1824	22.165	13.188	35.353	5.274	6,7	1.184	51	1.148	49	2.332	227	10,2
1827	22.931	12.948	35.879	5.683	6,3	797	44	1.038	56	1.835	229	8,0
1833	---	---	27.916	---	---	1.360	42	1.596	54	2.937	---	---
1839	16.847	9.233	26.080	---	---	852	34	1.635	66	2.487	---	---
1843	21.122	10.376	32.720	7.677	4,2	1.825	45	2.109	55	3.984	539	7,3

Fonte: Conferir Tabela 1. 1839: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial Pereira Pinto. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.31). No entanto, para a vila do Itapemirim, o comércio com a Corte a transformara em um importante entreposto de produtos agrícolas para o Rio de Janeiro (MORENO, 2016, p.86). Para trabalharem nas lavouras, junto com os fazendeiros migrantes vieram seus cativos. Também adquiriram muitos outros ao longo do século XIX, conforme já demonstrado. A tabela 3 apresenta a população itapemirinese na primeira metade dos Oitocentos.

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada. Em 1839, o número de escravos correspondia a 66% da população. Já os dados referentes ao ano de 1827 demonstram que a quantidade de escravizados era maior que a de livre e correspondia a 56% dos habitantes. Também merece destaque o número de habitantes por casas: em 1837 havia uma média de 13,7 pessoas por fogo em Itapemirim e em 1824 esse número era de 10,2 pessoas por residência. A média provincial não chegava a sete pessoas por fogo, enquanto que nas casas itapemirinsenses o menor número de moradores por domicílio foi 7,3.

Todo esse crescimento populacional e econômico atraiu visitantes ilustres ao vale do Itapemirim na primeira metade do século XIX. O bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho realizou duas visitas à Itapemirim no início dos Oitocentos¹⁰. A primeira em 1812 e a segunda em 1820. Na primeira viagem fez alguns relatos sobre a Vila, que possuía duas mil almas, composta em sua maioria de lavradores pobres. Citou nomes de alguns homens ricos do lugar, como o Sargento-Mor Miguel Antônio, Capitão Francisco Gomes, que exportava 80 caixas de açúcar, e o Tenente Luiz Moreira. Reclamou da capela, descrevendo-a como velha, mas localizada no alto de um morro de onde se avistava toda a paisagem, chamada por ele de “Serra dos Órgãos de Itapemirim”. Quando retornou em 1820, Itapemirim já era uma freguesia. Nos escritos de Coutinho encontram-se outros nomes de ricos proprietários da região como José da Silva Quintaes, Antônio Joaquim Marvila, João Machado Xavier, Antônio Pinto Duarte, Francisco José Alves, Antônio Ferreira da Silva, José da Costa Guimarães e José Eduardo Coelho.

¹⁰ COUTINHO, J. C. S. O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

Outros viajantes passaram pela região no início do século XIX, como o alemão Frederico Sellow, o russo George Guilherme Freyreiss e o príncipe de Neuwied (Alemanha) Maximiliano Alexandre Philipp Prinz von Wied-Neuwied (ROCHA, 1978, p.40-44). O primeiro local alcançado pelos viajantes foi a fazenda Muribeca¹¹. Seguiam, em geral, pelo litoral e passavam pelos Quartéis das Barreiras do Siri e da Boa Vista¹², além das lagoas da região, chegando até Itapemirim. A descrição oferecida pelos viajantes, principalmente pelo príncipe Maximiliano, apresenta Itapemirim como um povoado de pescadores, agricultores e poucos artífices pobres, porém, ele hospedou-se na grande fazenda da Areia, localizada na margem do Itapemirim oposta à vila. A propriedade possuía engenho de açúcar, pastagem e muito gado, além de 70 escravos e pertencia ao Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa.

Em 1816, chegou ao Brasil Auguste de Saint-Hilaire (ROCHA, 1978, p. 64-66), que partiu em uma viagem pelo litoral capixaba em 1818. Visitou a fazenda Muribeca¹³, Boa Vista, a Praia do Siri, a praia de Marataízes, com suas roças de cana e mandioca, e chegou à Vila de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. Também foi recebido pelo Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa. Segundo ele, a população era de 1.900 habitantes, sem considerar os índios, e havia nove engenhos de açúcar nos arredores da vila, sendo estes: Areia, Cardoso, Cutia, Boa-Vista, Bar-

¹¹ Região pertence atualmente ao município de Presidente Kenedy. Essa fazenda era uma das maiores e mais importantes dos Jesuítas. Segundo Rocha (Op. Cit.), suas terras se estendiam a quase dez léguas em quadro. A propriedade entrou em decadência após a expulsão dos inicianos.

¹² Região pertence atualmente ao município de Marataízes. Em Boa Vista, acredita-se ter sido o berço de Domingos José Martins, nascido em 9 de maio de 1781. Rocha (Op. Cit., p.41-42) relata que a chegada do Príncipe Maximiliano à Bahia coincidiu com o início da Revolução Pernambucana, da qual Martins participou, compondo a Junta do Governo Provisório, representando o comércio. O nobre ainda fez anotações sobre os chefes da conspiração, incluindo Martins em seus registros.

¹³ Segundo relatos descritos por Rocha (Op. Cit., p.64), a fazenda possuía boas pastagens, gado vacum e cavalos, engenho de açúcar, a casa do proprietário e diversas cabanas dos escravos. A antiga residência dos jesuítas estava em ruínas.

ra-Seca, Passo Grande, Paineira e São Gregório da Ribeira, que exportavam para o Rio de Janeiro uma carga de sessenta caixas de açúcar, a dois mil réis a arroba. Produzia-se também arroz, feijão, mandioca, algodão e cebolas, exportadas para Campos dos Goitacás, Vitória e Rio de Janeiro. A igreja era uma capela rústica e um pouco distante da vila, localizada na Fazendinha, importante unidade de produção que pertencia ao Tenente Luís José Moreira. O viajante produziu interessante relato sobre a região, talvez um dos mais ricos em detalhes:

Tinha o povoado umas sessenta casas, a bem dizer, cabanas de adobe, cobertas de sapé, que formavam uma grande praça em rua única, semicircular, frente ao caminho diagonal. No meio da praça se erguia o pelourinho, coluna-símbolo do município. Construída em pedra ou madeira, levantada a prumo, servia para se atar, pela cintura, o preso exposto a vergonha ou aos açoites. Tinha argolas, e nela se podia enforçar ou dar tratos de polé, antigo instrumento de tortura, construído duma roldana. Na criação das novas vilas, era obrigação levantar-se o pelourinho. E aquele datava de pouco tempo: sua inauguração fora feita nove dias antes do início da viagem de Saint-Hilaire, isto é, a 9 de agosto do ano que transcorria (ROCHA, 1978, p.65).

Estes viajantes apresentam um ponto de vista importante sobre a região, uma vez que observam tanto a grandiosidade quanto a desigualdade presentes na mesma. Além disso, é preciso destacar que, esses visitantes só conheceram o Vale do Itapemirim porque o mesmo se destacava dentro da província. Um importante documento que revela a grandeza itapemirinese é a Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833, que, além de apresentar aspectos da população itapemirinese, traz a presença de muitos cativos africanos e que será analisado no próximo ponto.

Os africanos presentes na lista nominal de 1833

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim batizado de “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833”¹⁴. A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila, que se dividiram em 303 fogos, além das seguintes informações da população: cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Através do documento se pode ter uma estimativa de como se encontrava a Vila de Itapemirim nas primeiras décadas do século XIX e nos primeiros anos de emancipação política. A Tabela 4 traz os dados populacionais em 1833.

Como já demonstrado na tabela relacionada ao ano de 1839, a quantidade de pretos cativos é grande, representavam 52% da população, enquanto os pardos cativos eram apenas 2%. A população cativa geral era maior que a livre, equivalente a 54%. Já a quantidade de brancos não chegava a ¼ da população total, com apenas 708 habitantes ou 24% do total da população. Quanto aos livres de cor, formados por índios, pardos e pretos livres, representavam 22%. Havia quantitativo maior de homens, tanto livres quanto escravos. Estes representavam 42% da população, enquanto as mulheres eram 32% e as crianças eram 26%. A desproporção entre homens e mulheres era maior entre os cativos do que entre os livres. Os homens livres representavam 31% e as mulheres 30% da população livre. Já as crianças até 10 anos eram maioria entre os livres, representado 39%. Entre os cativos, a quantidade de homens era superior às mulheres e crianças. Eram 52% de homens cativos e 35% de mulheres cativas. Também havia quantidade pequena de crianças cativas, que representavam 13% do total de escravos.

14 APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

TABELA 4: População de Itapemirim em 1833

	Homens	Mulheres	Crianças	Total	%
Branco	230	196	282	708	24
Índios	27	36	41	140	4
Pardos Livres	138	149	190	477	16
Pretos Livres	16	15	4	35	1
Pardos Cativos	26	13	16	55	2
Pretos Cativos	801	545	195	1.541	52
Escravos Sem Identificação	---	---	---	8	---
Ilegível	---	---	---	8	---
Chinês	---	---	---	1	---
Total de Livres	411	396	517	1.360	46
Total de Cativos	827	558	211	1.596	54
Total	1.238	954	728	2.937	100

Fonte: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Essa desproporção é explicada pelas lavouras que utilizavam quantidade maior de homens do que de mulheres (FLORENTINO, GÓES, 1997). A Tabela 5 demonstra o Estado Civil dos cativos presentes na lista de 1833. Como já demonstrado na tabela anterior, o número de homens solteiros e casados é superior ao número de mulheres. A lista não apresenta quem são os casais e nem as famílias. Por conta disso não se tem como explicar a disparidade entre o número de homens e mulheres casados. Mas, 26% dos cativos eram casados e contribuíam para a manutenção das escravarias através da reprodução endógena.

Também é importante destacar a origem desses cativos, conforme será demonstrado na tabela a seguir. Semelhante aos dados apresentados sobre 1839, em 1833, 65% dos cativos eram africanos. A lista não apresenta o porto de embarque dos mesmos, como é comum em outros documentos. Apenas 32% são naturais do Brasil e 3% são pardos.

A lista também traz a profissão dos cativos. A maioria esmagadora trabalhava na roça, mas havia outros trabalhadores especializados: 39 cativos eram carpinteiros, 12 realizavam negócios junto aos

TABELA 5: ESTADO CIVIL DOS ESCRAVOS EM 1833

Estado Civil por Gênero	Nº de Cativos	%
Homens Casados	243	15
Mulheres Casadas	177	11
Homens Solteiros	573	36
Mulheres Solteiras	324	20
Homens Viúvos	9	0,5
Mulheres Viúvas	21	1,5
Crianças	240	15
Escravos Sem Identificação Solteiros	5	0,5
Escravos Sem Identificação Casados	4	0,5

Fonte: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

TABELA 6: NATURALIDADE DA POPULAÇÃO DE CATIVOS DE ITAPEMIRIM NOS ANOS DE 1833, 1839 E 1872

Anos	Pardos Cativos		Naturais do Brasil		Naturais da África		Total de Cativos
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
1833	60	3	526	32	1.046	65	1.596

Fonte: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

seus senhores, sete eram pedreiros, outros sete eram ferreiros, seis serradores e caxeiros, dentre outras profissões. A Tabela 7 demonstra as profissões dos cativos em 1833.

Outro aspecto importante diz respeito às estruturas de posse dos cativos. Dos 303 fogos, 96 possuíam 1 ou mais escravos, ou seja, 32% da população. Desses, 56,2% fogos possuíam de 1 a 5 escravos. Dados semelhantes foram encontrados em Vitória entre 1850-1859 (RIBEIRO, 2012, p.61), onde 52,9% dos proprietários da capital capixaba possuíam de 1 à 5 cativos. Já o número de proprietários com mais de 20 cativos difere da região central: enquanto em Itapemirim 21,8% das posses tinham mais de 20 escravos, em Vitória, 5,8% possuíam escravaria desse tamanho. Isso revela que os plantéis de Itapemirim eram formados por quantidade expressiva de escravos. Des-

TABELA 7: PROFISSÃO DOS CATIVOS EM 1833

Profissão	Nº de Cativos
Roça	1.482
Carpinteiro	39
Negócio	12
Ferreiro	7
Pedreiro	7
Caxeiro	6
Serrador	6
Marinheiro	4
Oleiro	4
Criado	4
Alfaiate	3
Lambiqueiro	3
Capoteiro	3
Caloreiro	2
Barbeiro	2
Mestre de Açúcar	2
Militar	1
Caldeiro	1
Resteiro	1
Costureira	1
Tandeiro	1
Mestre de Embarcação	1
Sem Profissão	3

Fonte: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

ses, 21,8% de propriedades senhoriais possuía 20 escravos ou mais. Acrescente-se que sete dessas escravarias contavam 50 cativos ou mais e duas mais de 100 escravos. A Tabela 8 apresenta a estrutura da posse de cativos em Itapemirim e a Tabela 9 traz os nomes dos maiores proprietários de escravos de Itapemirim em 1833.

D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de escravos de acordo com a tabela acima, com 107 cativos, havia sido casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Brum adquiriu a Fazendinha na margem sul do rio Itapemirim e possuía outra fazen-

TABELA 8: Estrutura da Posse de Escravos em 1833

Quantidade de Cativos	Nº de Proprietários	(%)
De 1 a 5	54	56,2
De 6 a 10	13	13,5
De 11 a 20	8	8,3
De 21 a 30	5	5,2
De 31 a 40	2	2
De 41 a 50	7	7,2
De 51 a 100	7	7,2
Acima de 100	2	2
Total de proprietários com cativos	96	32
Fogos sem cativos	204	67
Ilegível	3	1

Fonte: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

TABELA 9: LISTA DE PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS EM 1833

Proprietários	N. de escravos
Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Thomazia da Silva Medella	107
Manoel da Costa Pereira (morador de Campos)	85
José Bello de Araújo	81
Ignácio de Acioli Vasconcelos	69
Heliodoro Gomes Pinheiro	55
Francisco de Salles	51
Francisco J. Alvares Silva	51
Caetano Dias da Silva	50
Josefa Moreira Borges	49

Fonte: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

da denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p. 211). Esta última fazenda foi herdada por ela após a morte de seu marido, e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. Nela havia fábrica de açúcar de vivenda de telha, fábrica de farinha, plantações de cana e mandioca e 241 animais. Além da Fazenda Cotia, D. Thomazia possuía um sítio, propriedades de casas na Vila e terras em

diferentes lugares¹⁵. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira. Este se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

O principal fazendeiro de Itapemirim, sem dúvidas, foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento Mor que, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era paulista e veio para o Espírito Santo em 1802, quando se tornou o dono da fazenda de açúcar “Três Barras” em Benevente. Casou-se com D. Francisca do Amaral e Silva, em primeiras núpcias. Ao ficar viúvo, casou-se com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum e mudou-se de Benevente para Itapemirim. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino (MARINS, 1920, p.211-212). Oliveira (2008, p. 355) o destaca como exemplar caso de bandeirante do século XIX. Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui. Esta última, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. O Barão, segundo Marins, possuía mais de 400 escravos (MARINS, 1920, p.212-214). No mapa de 1833, identificam-se que Silva Lima tinha, apenas a Fazenda Muqui, 304 escravos, caracterizando-o como o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, máquina de serra, balandeira, lavouras de cana, além de 592 animais, dentre eles um urso panda, provavelmente trazido junto com os chineses que migraram para o Espírito Santo no mesmo período (PEREIRA, 2015, p.5-6). Também possuía duas situações de plantações de mandioca e cercados, tudo em terras próprias.

Seus principais rivais eram os Gomes Bittencourt, também conhecidos como “moços da Areia”.

¹⁵ Fonte: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Os Areia, como eram chamados, vangloriavam-se por terem chegado a Itapemirim antes do Barão. Os principais membros da família eram: Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, dono das fazendas Areias e Coroa da Onça; Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, proprietário das fazendas Vermelho e Cerejeira; Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietário da Fazenda Rumos; e o Capitão José Gomes Pinheiro, dono da Fazenda Ouvidor do Norte, além das irmãs Izabel, casada com o Capitão José Barbosa Meirelles, dono da fazenda Guaranhum, na Serra; e Rachel casada com o Major Caetano Dias da Silva, proprietário das fazendas Limão (MARINS, 1920, p.214-216) e Pau d’Alho (ROCHA, 2008, p.239) e fundador da colônia de Rio Novo (MARINS, 1920, p.216).

Em 1833, a Fazenda Areia era propriedade de Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos. Era administrada por José Gomes Pinheiro, um dos “moços da Areia”. A propriedade possuía 85 escravos, 327 animais, 24 braças de terra, engenho de açúcar, casas de vivenda e rústicas e uma olaria. Outro deste grupo que se destacava em 1833 era Heliodoro Gomes Pinheiro, que ainda não possuía nenhuma fazenda, mas era dono de terras e prédios rústicos, lavouras de café e mandioca, 55 escravos e 63 animais. Caetano Dias da Silva, cunhado dos Gomes Bittencourt, era solteiro em 1833, mas já se sobressaía como um dos grandes proprietários de escravos da época, com 50 cativos. Das fazendas citadas por Marins (1920, p.214-216), possuía em 1833 apenas a Limão, que tinha casa de palha, plantações de café e mandioca e 13 animais.

Politicamente, os Gomes Bittencourt se destacavam no município enquanto o Barão possuía prestígio provincial. Entre os anos de 1843-1858, o Barão ocupou o cargo de vice-presidente da província por vários anos consecutivos e assumiu a presidência interina da mesma em dois períodos, entre 1852-1853 e em 1857. Já o Comendador João Nepomuceno, desafeto do Barão de Itapemirim, tinha mais prestígio no município (MARINS, 1920, p.216).

Outros fazendeiros importantes foram D. Anna Tavares e José Bello de Araújo, donos da Fazenda Car-

doso, em 1833. Possuíam 81 escravos, além de 1.130 braças de terras próprias, engenho de açúcar, fábrica de aguardente, casas de vivenda e telha, prédios na Vila, olarias, plantações de cana, café e mandioca e 310 animais. Também eram donos da fazenda Boa Vista, adquirida anos depois, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar. A situação de terras Paineiras, uma das principais da região que deu origem à fazenda com mesmo nome, anos mais tarde, em 1833, pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça, cercados, lavouras, 305 animais e 51 escravos. Salles também era dono de uma casa de vivenda de telha. Essa fazenda foi adquirida por Luiz Moreira da Silva Lima e sua esposa Rita, posteriormente.

A Fazenda Barra Seca, que Marins (1920, p. 216) cita como propriedade do Coronel Francisco José Alves da Silva, junto com a Fazenda Araça, pertencia a D. Maria Magdalena em 1833. Havia nela engenho de açúcar, lavouras, 109 animais e 32 escravos. D. Maria também possuía casa de vivenda na Praça da Vila. José Antônio de Souza era administrador da Fazenda Carreira Comprida em 1833, que pertencia a Ignácio de Acioli Vasconcelos, antigo presidente da província e outro grande proprietário de escravos, com 69 cativos. Na fazenda havia casa de palha, balandeira, cercado, lavouras de mandioca e 22 animais. Acioli também tinha terras aforadas à Câmara Municipal.

Outras fazendas e situações de terra aparecem na Lista de 1833: Fazenda Colheres, que pertencia a dona Josefa Moreira Borges, com fábrica de açúcar e cachaça, lavouras de cana e café, 49 escravos e 132 animais; Fazenda Brejo Grande, de Joaquim J. Alves Silva, morador de Campos, com engenho de açúcar e aguardentes, cercados, lavouras de cana e mandioca, 155 animais e 51 cativos; a Fazenda Ribeira, pertencente a Alves Silva, com fábrica de açúcar, casa de vivenda de telha, lavouras de cana, 96 animais e 40 escravos. Nos registros de Marins (1920, p. 217), que descreveu a região anos mais tarde, a fazenda pertencia à dona Mariana da Silva Barreto e seu esposo Francisco Moreira da Silva Lima.

Através da análise dessa lista nominal pode-se perceber características fundamentais da sociedade itapemirinese na primeira metade do século XIX. As grandes fazendas e o excessivo número de cativos são aspectos fundamentais que diferenciam o Vale do Rio Itapemirim de outras regiões da província capixaba. Almada, ao estudar as escravarias de Cachoeiro, concluiu que “no Espírito Santo foi à região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo “plantation” escravista” (ALMADA, 1984, p. 88). A análise da Lista Nominal comprova a afirmação da autora.

Considerações finais

O presente artigo procurou analisar um importante documento da História de Itapemirim que foi a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim em 1833. Nesse documento, aspectos da população itapemirinese são revelados, com destaque para a quantidade de cativos existentes na região. A maior parte da população, 54% era composta por cativos, onde a maioria tinha como origem o continente africano. Diferente de outras regiões da província, como Vitória, onde a maior parte dos cativos era crioulos, em Itapemirim predominavam os africanos.

Na região central a miscigenação era grande, havendo número excessivo de pardos entre livres e escravizados, enquanto que no sul a maioria era pretos e a quantidade de pardos era mínima. Conforme também demonstrado, Itapemirim compunha região de desembarque de africanos, prática que persistiu mesmo após 1850. Pelo litoral itapemirinese chegavam os africanos que seriam mão de obra das lavouras do sul do Espírito Santo, norte do Rio de Janeiro e Zona da Mata de Minas Gerais, a “Tríplice Fronteira” do comércio de almas.

Como nas lavouras a mão de obra mais utilizada era a masculina, a maioria da população cativa era masculina e solteira. Mas ¼ dos escravizados eram casados e 15% da população cativa eram crian-

ças. Ainda que em pouca quantidade, as escravarias itapemirinese realizavam reprodução endógena. Em 1833 Itapemirim tinha 18 anos como Vila emancipada, pouco tempo, mas já havia se estabelecido economicamente na província, graças às lavouras de cana e engenhos de produção de açúcar.

Referências

Fontes Primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br>.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

Fontes Bibliográficas

ALMADA, V. P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao contexto fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

COUTINHO, J. C. S. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

CAMPOS, A. P. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

CARVALHO, E. F. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. FLORENTINO, M. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, M. e GÔES, J. R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia*: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LAGO, R. D. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920. p.199-231.

MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.

MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – memória e historiografia, in: FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. F. *O Brasil colonial*: vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MATTOSO, K. M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasileira, 1990.

MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf, p. 5-6. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

ROCHA, L. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRA-SA, 1971.

SANTOS, E. F. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002.

VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

Recebido em: 10/04/2018

Aprovado em: 25/05/2018

